



UNIVERSIDADE POTIGUAR

CURSO DE DIREITO

CAMPUS MOSSORÓ/RN

RELAÇÃO DE ORIENTADORES E TRABALHOS

A Coordenação da Grande Área 03, através do Curso de Direito – Campus Mossoró/RN da Universidade Potiguar e a Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso - Campus Mossoró/RN da Universidade Potiguar, torna pública a relação de orientadores e seus respectivos orientandos, observando o Edital n.º 01/2023, para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, no semestre 2023.1.

PROFA. EDUARDA SHIRLEY FERNANDES DE OLIVEIRA VALE PEDROSA

E-mail: eduarda.pedrosa@animaeducacao.com.br

1. A RESPONSABILIDADE PENAL DO PSICOPATA À LUZ DO REGIME JURÍDICO BRASILEIRO.
2. A FIGURA DO REFUGIADO E A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO NON-REFOULEMENT COMO NORMA JUS COGENS.
3. ADOÇÃO À BRASILEIRA: UMA ANÁLISE ACERCA DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.
4. ASPECTOS JURÍDICOS DA DUPLA PATERNIDADE NO REGISTRO CIVIL E SUA RELAÇÃO OBRIGACIONAL COM O MENOR.
5. OS EFEITOS DO STEALTHING COMO ATO DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO TOCANTE A DIGNIDADE DA MULHER NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.
6. LEI MARIA DA PENHA: APLICABILIDADE DAS MEDIDAS PROTETIVAS E SUA EFICÁCIA.
7. ADOÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE A EFICÁCIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PREVISTO ECA.
8. PROBLEMÁTICAS ACERCA DA EXPOSIÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA INTERNET, QUAL O PAPEL DOS CUIDADORES NESSE SENTIDO?
9. O IMPACTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (13.709/2018) NAS EMPRESAS DE MOSSORÓ/RN.
10. RESPONSABILIDADE CIVIL E REDES SOCIAIS: O DIREITO DE IMAGEM DAS CELEBRIDADES E O MITO DA PESSOA PÚBLICA.



PROFA: GERCINA ALVES MORAES CAVALCANTE

E-mail: gercina.cavalcante@ulife.com.br

1. A (IN)SUFICIÊNCIA DO CRITÉRIO ETÁRIO PARA A CARACTERIZAÇÃO DO CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL FACE A EXCEÇÃO DE ROMEU E JULIETA.
2. ESTATÍSTICAS CRIMINAIS BRASILEIRA.
3. A LEI N. 11.340/06 E O (DES)CABIMENTO DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO: UMA ANÁLISE SOBRE A (IN)APLICABILIDADE DO INSTITUTO COMO MEIO EFICAZ PARA A MITIGAÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES.
4. ATUAÇÃO DOS GUARDAS MUNICIPAIS NO BRASIL: UM ESTUDO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS PREVISTAS NA LEI 13022/2014 E CF/88 COM SUAS REFLEXÕES PRÁTICAS FRENTE A ATUAL JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.
5. A EFICÁCIA DA SANÇÃO PENAL FRENTE A INDIVÍDUOS QUE POSSUEM TRANSTORNO DE PSICOPATIA
6. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA: ANÁLISE SOB A LEI MARIA DA PENHA.
7. VÍTIMAS DE ESTUPRO E A REVITIMIZAÇÃO NO PÓS CRIME: COMO DEVE SER EVITADO PELA SOCIEDADE E AS AUTORIDADES?
8. O SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL: E O PAPEL NA RESSOCIALIZAÇÃO.

PROF. GLAUBER ALVES DINIZ SOARES

E-mail: glauber.soares@animaeducacao.com.br

1. A APLICAÇÃO DO CRIME DE DENUNCIÇÃO CALUNIOSA COMO FORMA DE EVITAR A UTILIZAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS OCASIONANDO ALIENAÇÃO PARENTAL, APROPRIAÇÃO DE BENS E VINGANÇA PESSOAL.
2. O PRINCÍPIO DA INVIOABILIDADE DO DOMICÍLIO E SUA (POSSÍVEL) MITIGAÇÃO: UMA ANÁLISE NA LEI N° 13.869/2019 (LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE)
3. ESTADO LAICO: OS DESAFIOS PARA SUA APLICAÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA ATUAL.
4. O PROCESSO HISTÓRICO DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO E OS EFEITOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL N° 103.
5. A VULNERABILIDADE DO IDOSO NAS RELAÇÕES DE CONSUMO E O SUPERENDEVIDAMENTO CAUSADO POR EMPRÉSTIMO INDEVIDO.
6. A COBRANÇA INDEVIDA NO DIREITO DO CONSUMIDOR: INCIDÊNCIA NO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES E A EFETIVIDADE APLICATIVA DA NORMA.
7. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: UMA ANÁLISE SOBRE OS CRIMES NA INTERNET.
8. DIREITO DE FAMÍLIA.



9. DIREITO DO CONSUMIDOR NAS RELAÇÕES DE CONSUMO: UMA ANÁLISE ACERCA DA SEGURANÇA JURÍDICA.
10. O NOVO PAPEL DOS POLICIAIS PENAIS NO COMBATE AS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS.
11. “NÃO DEFINIDO, NÃO CURSEI O PRÉ PROJETO”.
12. FUNCIONÁRIOS DE EMPRESA DE ECONOMIA MISTA: UMA ANÁLISE NA LEGISLAÇÃO ACERCA DOS LIMITE DE ATUAÇÃO EM PERÍODOS ELEITORAIS.
13. RELATIVIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SOBERANIA DOS VEREDITOS NO TRIBUNAL DO JÚRI.
14. SISTEMA PENITENCIÁRIO: RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO NO BRASIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A SOCIEDADE.
15. ANÁLISE DA LEI Nº 8.078/90 E A PROTEÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR: UMA ABORDAGEM SOBRE A PUBLICIDADE ABUSIVA E ENGANOSA.
16. COCULPABILIDADE – O IMPACTO DA INERCIA ESTATAL NA SOCIEDADE.

PROF. GUSTAVO HENRIQUE DE SÁ HONORATO

E-mail: gustavo.honorato@animaeducacao.com.br

1. ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: UMA ANÁLISE ACERCA DAS CONSEQUÊNCIAS FÍSICAS, MENTAIS E SOCIAIS DO TRABALHADOR.
2. A RESPONSABILIDADE DO MENOR INFRATOR: UMA ANÁLISE SOBRE A REDUÇÃO DA MENORIDADE PENAL.
3. DIREITO COLETIVO: O IMPACTO DAS GREVES
4. O COMPLIANCE COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO: UMA ANÁLISE DA APLICABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES ESTATAIS.
5. EMPRÉSTIMOS INDEVIDOS: UMA ANÁLISE SOBRE A INEFICÁCIA DO DANO MORAL E DE SEU CARÁTER PEDAGÓGICO COMO AGENTE INIBIDOR DO SUPERENDIVIDAMENTO.
6. O COMPLIANCE TRABALHISTA COMO FERRAMENTA PARA EVITAR AÇÕES JUDICIAIS.
7. DIREITO REGISTRAL IMOBILIÁRIO: UMA ANÁLISE DOS CONDOMÍNIOS E LOTEAMENTOS DE MOSSORÓ-RN.
8. O INGRESSO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS NO MERCADO DE TRABALHO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.
9. ALIENAÇÃO PARENTAL - SEUS REFLEXOS NA VIDA DA VÍTIMA, E OS EFEITOS PSICOLÓGICOS: UMA ABORDAGEM NA LEI Nº 12.318/2010.
10. O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO JUNTO AO IMPACTO SOCIAL E AS NORMAS DO DIREITO.
11. PROVAS NO PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO: UMA ANÁLISE ACERCA DA EFETIVIDADE DOS LITIGANTES NO PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO CONTRA O INSS.
12. TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NA MODA: UMA ANÁLISE DA INDÚSTRIA TÊXTIL SOB A LUZ DO DIREITO DO TRABALHO



BRASILEIRO.

13. A EFICÁCIA E APLICABILIDADE DO COMPLIANCE NO COMBATE AO ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES DE EMPREGO.
14. A POSSIBILIDADE DE AQUISIÇÃO ORIGINÁRIA DE BEM IMÓVEL POR PESSOA JURÍDICA ATRAVÉS DA USUCAPIÃO.
15. O IMPACTO DA NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM FACE DAS SUAS MODIFICAÇÕES.
16. CRIMES CIBERNÉTICOS: FRAUDE EM MEIO A INTERNET BANKING.

PROFA. HENARA MARQUES DA SILVA COELHO DA PAZ

E-mail: henara.paz@animaeducacao.com.br

1. O COMBATE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM TEMPOS DE PANDEMIA.
2. O DESAFIO DA REINTEGRAÇÃO SOCIAL DO PRESO: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DE RESSOCIALIZAÇÃO DESENVOLVIDOS NA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DR. MARIO NEGÓCIO.
3. AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA
4. A EFICÁCIA E INEFICÁCIA DA LEI MARIA DA PENHA NO COMBATE: A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
5. PRISÃO PREVENTIVA: A (IM)POSSIBILIDADE DE SUA DECRETAÇÃO DE OFÍCIO NO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA FRENTE ÀS ALTERAÇÕES PROPORCIONADAS PELO PACOTE ANTICRIME NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL
6. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL: A CONFISSÃO COMO REQUISITO PARA A APLICAÇÃO DO INSTITUTO NA JUSTIÇA PENAL NEGOCIAL.

PROFA. ISLAMARA DA COSTA

E-mail: islamara.costa@animaeducacao.com.br

1. A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER: UMA ANÁLISE À LUZ DA LEI MARIA DA PENHA.
2. DA SOLIDÃO CARCERÁRIA À LIBERDADE DIGITAL: UMA ANÁLISE SOBRE O PODER PANÓPTICO DAS REDES SOCIAIS NO MERCADO DIGITAL, COMO ELEMENTO DE REINserÇÃO SOCIAL DE REEDUCANDAS DA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DR. MÁRIO NEGÓCIO.
3. TRÁFICO INTERNACIONAL DE MULHERES PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL.
4. CRIMES DIGITAIS: DESAFIOS DA CIBERSEGURANÇA NO BRASIL.
5. PENSÃO SÓCIO AFETIVA: A INTERVENÇÃO DO ESTADO DAS OBRIGAÇÕES PATERNAS
6. MAIORIDADE PENAL.
7. EUTANÁSIA: DIREITO DE ESCOLHA DO PACIENTE, REFLEXÕES ACERCA DO ARTIGO 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.
8. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA: UMA ABORDAGEM APLICADA AOS CRIMES CONTRA OS BENS PÚBLICOS.



9. PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: APLICABILIDADE E EFICIÊNCIA NA ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS MUNICIPAIS.
10. OS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS COMO PRINCÍPIO BASILAR DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.
11. TRÁFICO INTERNACIONAL DE MULHERES PARA FINS EXPLORAÇÃO SEXUAL.
12. ESTUPRO DE VULNERÁVEL / O CRIME DE QUEM CONSUME PORNOGRAFIA INFANTIL.
13. A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E OS IMPACTOS NO PROGRAMA DE COMPLIANCE
14. DANO MORAL POR ABANDONO AFETIVO: A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS GENITORES
15. POLITICAS PÚBLICAS DE ESPORTE PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.
16. A INTERNET NÃO É TERRA SEM-LEI: A NECESSIDADE DE EVOLUÇÃO DO DIREITO PARA ACOMPANHAR A NOVA ERA DIGITAL.
17. DIREITOS E DEVERES FUNDAMENTAIS: INSERÇÃO DO ESTUDO CONSTITUCIONAL COMO DISCIPLINA NO ENSINO MÉDIO.
18. A EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS: UMA REFLEXÃO SOB O PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DE RETROCESSO E O PACTUADO DEVER DE PROGRESSÃO ANTE OS ÓBICES DO DEVER ESTATAL.
19. DIREITO SOCIAL A SAÚDE E SUA GARANTIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO
20. CULTURA DO CANCELAMENTO: OS LIMITES À LIBERDADE DE EXPRESSÃO E OS EFEITOS CÍVEIS, CONSTITUCIONAIS E PENAIIS.
21. RESPONSABILIDADE CIVIL NA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DO E-COMMERCE.
22. APLICABILIDADE DA LEI 11.343/2006 NA DIFERENCIAÇÃO DO USUÁRIO E TRAFICANTE DE DROGAS E CONSEQUÊNCIAS OBSERVADAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO.
23. MAIORIDADE PENAL.
24. A CONSTITUCIONALIDADE DAS COTAS RACIAIS ANTE O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA.
25. O MARCO LEGAL DA GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA LEI Nº 14.300/22 E SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS DECORRENTES DA DESMOTIVAÇÃO POPULACIONAL.
26. FINANCIAMENTO DE CAMPANHA ELEITORAL E COMPRA DE VOTOS NO BRASIL.
27. VIOLÊNCIA CONJUGAL NO ÂMBITO DOMÉSTICO CONTRA A MULHER E A VULNERABILIDADE JURÍDICA.
28. SISTEMA PRISIONAL: ANÁLISE DE FUNCIONAMENTO X RESSOCIALIZAÇÃO.
29. A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE APODI/RN: UMA ANÁLISE ACERCA DO CARÁTER PEDAGÓGICO EM INSTITUIR O ENSINO JURÍDICO A ESTUDANTES DE NÍVEIS FUNDAMENTAL E MÉDIO.



PROFA. KASSIA KALIANNY GOMES DA SILVA MORAIS

E-mail: kassia.morais@animaeducacao.com.br

1. A INFLUÊNCIA DA MÍDIA E A INAPLICABILIDADE DO DIREITO AO ESQUECIMENTO E SEUS IMPACTOS NO INSTITUTO DA RESSOCIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL.
2. REGIME PRISIONAL E SAÚDE MENTAL: UMA ANÁLISE SOBRE O CUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA NO COMPLEXO PENAL ESTADUAL AGRÍCOLA DOUTOR MARIO NEGÓCIO - MOSSORÓ/RN.
3. DIREITO DO CONSUMIDOR NAS RELAÇÕES DE CONSUMO UMA ANÁLISE ACERTA DA SEGURANÇA JURÍDICA
4. DEMOCRATIZAÇÃO AO ACESSO DA JUSTIÇA: O INDECLINÁVEL PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA PARA GARANTIR O ACESSO A JUSTIÇA.
5. JUSTIÇA NEGOCIAL E ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL: PERSPECTIVAS ACERCA DA LEI Nº 14.230/2021.
6. A APLICABILIDADE DA MEDIDA DE SEGURANÇA E A SAÚDE MENTAL DO AGENTE: UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR ENTRE DIREITO E A PSIQUIATRIA.
7. O PAPEL DO ESTADO E SUA IMPORTÂNCIA EM PARTICIPAÇÃO NO APOIO Á MULHERES VÍTIMAS OU VULNERÁVEIS AO CRIME DE FEMINICÍDIO.
8. OS POSSÍVEIS IMPACTOS DA LEI 14.133/2021 NA LICITAÇÃO PÚBLICA IMPACTOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: NA SUBJETIVIDADE DAS DECISÕES E NO ATIVISMO JUDICIÁRIO.
9. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA: O CASO DA UFERSA CAMPUS OESTE CENTRAL NA CIDADE DE MOSSORÓ-RN
10. A POSSIBILIDADE JURÍDICA DA ADOÇÃO AVOENGA ATRAVÉS DA FLEXIBILIZAÇÃO DO STJ DIANTE DA NECESSIDADE SOCIAL
11. RESPONSABILIDADE CIVIL POR ABANDONO AFETIVO INVERSO.
12. SEGURANÇA PÚBLICA E A GUARDA MUNICIPAL: UMA ANÁLISE ACERCA DOS LIMITES DE COMPETÊNCIA E DO PODER DE POLÍCIA.
13. ADOÇÃO: RECONHECIMENTO DO INTUITU PERSONAE COM BASE NO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA
14. O ATIVISMO JUDICIAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES.
15. DIREITO E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A IMPORTÂNCIA DE INCLUSÃO DO ESTUDO DA CF/88 NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA REDE DE ENSINO DE MOSSORÓ.
16. A RESPONSABILIDADE DO ESTADO NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA NA UNIDADE DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE RUSSAS/CE.
17. A INCAPACIDADE LABORATIVA E OS BENEFÍCIOS DO AUXÍLIO DOENÇA: A GARANTIA DE UM DIREITO FUNDAMENTAL.



18. A EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS FRENTE A CONSTITUCIONALIZAÇÃO SIMBÓLICA.
19. DA APLICABILIDADE DO INSTITUTO “SENEXÃO” NA SOLUÇÃO DO ABANDONO AFETIVO INVERSO.
20. A IMPUNIDADE NO BRASIL E A INEFICÁCIA DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO.
21. A PERSPECTIVA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO SOBRE OS LIMITES AO DISCURSO DE ÓDIO E RACISMO PERANTE O ARTIGO 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.
22. CRIMES SEXUAIS: UMA ANÁLISE SOB OS DIREITOS HUMANOS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL.
23. FALSAS MEMÓRIAS E SUAS IMPLICAÇÕES NO RECONHECIMENTO DO ACUSADO PELAS VÍTIMAS E TESTEMUNHAS NO PROCESSO PENAL.
24. A INFLUÊNCIA MIDIÁTICA EM JULGAMENTOS DE GRANDE REPERCUSSÃO NO BRASIL NOS CRIMES DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI.
25. A PROTEÇÃO JURÍDICA DO AUTISMO: UMA ANÁLISE ACERCA DO ACESSO À EDUCAÇÃO.
26. RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO NA PRÁTICA DA ORTOTANÁSIA.

PROFA. KELLY KERCY NOGUEIRA DA SILVA

E-mail: kelly.nogueira@animaeducacao.com.br

1. RESPONSABILIDADE CIVIL POR ERRO MÉDICO: UMA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.
2. ALIENAÇÃO PARENTAL: O IMPACTO NA VIDA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A VIOLAÇÃO DOS SEUS DIREITOS.
3. A IMPLEMENTAÇÃO DA GRADE “NOÇÕES BÁSICAS CONSTITUCIONAIS” NAS ESCOLAS COMO APLICAÇÃO PARA DIMINUIR O ANALFABETISMO POLÍTICO BRASILEIRO.
4. RESPONSABILIDADE CIVIL E ABANDONO AFETIVO NAS RELAÇÕES PATERNO-FILIAIS.
5. IMPORTÂNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA FISCALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES DE ARTISTAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
6. MULHERES NA POLÍTICA: UMA ANÁLISE ACERCA DA EFICÁCIA DAS COTAS DE GÊNERO, COM BASE NOS RESULTADOS DAS ELEIÇÕES DE 2022.
7. RESSOCIALIZAÇÃO NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A INAPLICABILIDADE DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL EM FACE DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO.
8. A PRÁTICA DA PONORGRAFIA INFANTIL NO ÂMBITO VIRTUAL.
9. ANÁLISE SOBRE A AQUISIÇÃO DAS VACINAS ANTICOID-19 PELO GOVERNO FEDERAL: UMA REFLEXÃO ACERCA DO DIREITO FUNDAMENTAL A SAÚDE DOS BRASILEIROS.
10. JUSTIÇA RESTAURATIVA E MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO ÂMBITO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E O ADOLESCENTE.



11. A RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR PELOS VÍCIOS E DEFEITOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS: UMA ANÁLISE NA LEI 8.078/90 (CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR).
12. MOBILIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CARNAUBAIS – RN, EM RELAÇÃO A QUALIDADE DOS ESPAÇOS PÚBLICOS.
13. A (DES)CONSTRUÇÃO DA LAICIDADE NO SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO E SEUS EFEITOS DANOSOS PARA A DEMOCRACIA.
14. DIREITO A SAÚDE: ESCASSEZ E JUDICIALIZAÇÃO.
15. ALIENAÇÃO PARENTAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.
16. ANÁLISE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 174/2022: UMA ABORDAGEM SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PISO SALARIAL DOS PROFESSORES NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN.
17. A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E SUAS RESPONSABILIDADES CIVIL E PENAL.
18. A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E AS FORMAS DE COMBATE AO FEMINICÍDIO EM TEMPOS DE PANDEMIA SOB A ÓTICA DA LEI 11.340/2006 E DA LEI 13.104/2015. UMA ANÁLISE PELO BRASIL E ESPECIFICADAMENTE NA DELEGACIA ESPECIALIZADA DA DEFESA DA MULHER EM MOSSORÓ/RN.
19. OVERSHARENTING E A (IM) POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO DIREITO AO ESQUECIMENTO DO INFANTE, TITULAR DE DADOS PESSOAIS, NA ERA DIGITAL.